

# Ex-ministro descarta fórmulas fáceis para estabilizar a economia

por Cláudia de Souza  
de São Paulo

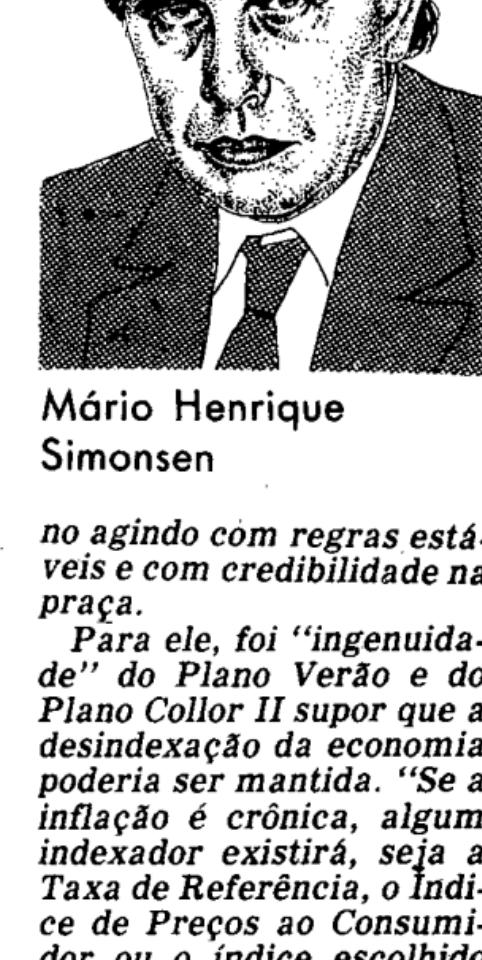
Para o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, a desvalorização do cruzeiro de anteontem poderá significar um grande incentivo às exportações, a exemplo do que foram, como lembrou, as desvalorizações da moeda em 1983, quando, ao final do ano, o País fechou sua balança comercial com um superávit de US\$ 13 bilhões e em 1988, quando uma política cambial ativa também favoreceu as vendas externas e levou a um saldo positivo comercial positivo de US\$ 19 bilhões.

"Um acerto na negociação da dívida externa fortaleceria muito mais essa tendência", afirmou, ao falar ontem para uma platéia de mais de trezentos executivos financeiros de São Paulo. Em termos mais amplos, a abertura da economia brasileira depende da capacidade do País de apresentar um conjunto de metas para a economia palatável ao Fundo Monetário Internacional e encerrar a relação desfavorável com os bancos comerciais credores dos últimos anos, em que, como ele lembra, o Brasil adquiriu a fama de mau pagador ao mesmo tempo em que cumpria boa parte de suas obrigações.

"Sem integração financeira, a abertura da economia torna-se cosmética", disse, argumentando que, sem dispor de mecanismos de engenharia financeira que envolvam compromissos de mais longo prazo, os brasileiros se verão na insustentável situação de importar a vista. Simonsen reportou-se ao caso do México, onde o governo não deverá encontrar dificuldades para financiar seu déficit comercial, estimado em US\$ 3 bilhões para este ano, por ter crédito no exterior e contar com abundante aporte de capital estrangeiro no País.

Falando a convite do IBEF (Instituto Brasileiro dos Executivos Financeiros), o ministro traçou as grandes linhas do que considera a agenda econômica para o próximo ano, enfatizando a necessidade de um ajuste fiscal, onde vê como inevitável o aumento dos impostos e imprescindível (ainda que quase impossível) o corte dos gastos estaduais e municipais; a abertura ao mercado internacional para favorecer o crescimento, o que dependerá de ajustes cambiais, agora facilitados com o que vê como bom funcionamento do atual sistema de taxas flutuantes de câmbio; a privatização, para que o governo possa desfazer-se de fato da dívida pública vendendo seus ativos; a modernização e internacionalização do mercado de capitais.

"Tudo isso feito, o próximo ano será de acomodação e a partir de 1993 o País voltará a crescer, com um fortalecimento gradativo mais para a frente", disse Simonsen, com a segurança e visão de longo prazo de quem lida com a economia brasileira, teórica ou praticamente, desde o início da década de 60, tendo começado no setor público como colaborador de Roberto Campos, idealizando a fórmula salarial instituída pelo PAEG, o plano de ação econômica do governo Castelo Branco, que levou a inflação brasileira de 90,0% em 1964 para 39,5% em 1966.



Mário Henrique Simonsen

no agindo com regras estáveis e com credibilidade na praça.

Para ele, foi "ingenuidade" do Plano Verão e do Plano Collor II supor que a desindexação da economia poderia ser mantida. "Se a inflação é crônica, algum indexador existirá, seja a Taxa de Referência, o Índice de Preços ao Consumidor ou o índice escolhido pelo mercado nos contratos privados", disse.

Para os executivos financeiros que foram ouvi-lo, Simonsen não apresentou nenhuma fórmula fácil para ser usada contra a inflação alta. "Trata-se de mudar as expectativas", disse, referindo-se às remarcações preventivas da indústria e do comércio em agosto. "O governo terá de aceitar com certo estoicismo a necessidade de combater a inflação com ajuste fiscal e política monetária austera, incluindo alguma administração de preços que não se configure como congelamento", disse.

Em maio de 1977, como ministro da Fazenda, a inflação em torno dos 45% ao ano, Simonsen assumiu por decreto presidencial o controle do combate à inflação, que ele atribuía à pressão dos preços administrados pelo governo, instituindo um calendário de congelamento "relativo" de preços considerados críticos, do petróleo e bens siderúrgicos aos cigarros.

Além de defender a administração parcial de preços em oposição a choques heterodoxos e congelamentos, Simonsen reafirmou sua convicção de que a credibilidade do governo terá de ser readquirida com a instituição de regras claras e duradouras e novas garantias aos títulos públicos. Seriam desfeitos desta maneira, no longo prazo, fenômenos de incertezas como o que, para ele, ocorreu com a hiperinflação do final do governo Sarney, quando a inflação bateu em 84% em março de 1990.

"A perspectiva de um alongamento compulsório do perfil da dívida pública, para o qual não havia nenhuma razão objetiva, levou as pessoas a substituir as aplicações no 'over' por acumulação de estoques e compra de ativos reais. Com isso, a velocidade de circulação da moeda disparou", disse.

Para Simonsen, porém, não estão no horizonte nem uma situação de nova explosão dos preços nem tanto de falta de credibilidade na moeda no estágio a que se chegou com a hiperinflação argentina. O cruzeiro já teria perdido para os brasileiros seu valor como reserva de valor e, também, muito de seu valor como unidade de conta, dado o apego nacional aos indeixadores. No entanto, ao contrário do que ocorreu com a Argentina, o Brasil ainda estaria longe de usar o dólar como moeda de troca. "Ainda será preciso arranjar US\$ 50 bilhões para circular na economia e permitir que todas as transações, mesmo andar de táxi, sejam feitas em dólar", ironizou o ex-ministro, descartando a possibilidade no Brasil de se ancorar, de alguma forma, a economia no dólar.